

JUSTIÇA

Pistola pode afetar prisão de Bolsonaro

Alexandre de Moraes autoriza reunião do ex-presidente com advogados antes do depoimento à Polícia Civil do DF sobre arma apreendida com militar do GSI

» IAGO MAC CORD

Esta semana marca um ponto de inflexão na situação jurídica do ex-presidente Jair Bolsonaro, com o cruzamento de dois eventos relevantes: o depoimento sobre a apreensão de uma arma de fogo e o encerramento do prazo de sua prisão domiciliar humanitária (**leia abaixo**). Sob a supervisão direta do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), Bolsonaro será interrogado em sua residência, hoje, às 15h, pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF).

Moraes autorizou a flexibilização excepcional das regras de visitação, permitindo que a equipe de defesa do ex-presidente se reúna com o cliente por uma hora, antes da oitiva, e acompanhe todo o procedimento, suspendendo temporariamente a restrição habitual de visitas de apenas 30 minutos.

A investigação que motiva o depoimento teve início na noite de segunda-feira da semana passada, quando uma pistola Glock 9mm, registrada no nome do ex-presidente, foi localizada em uma blitz no Pistão Norte, em Taguatinga. A arma e um carregador sobressalente estavam com Estácio Leite da Silva, militar do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) que atua na segurança do ex-presidente.

O advogado Gustavo Scandelari explica que os artigos 14 e 16 da Lei 10.826/2003 criminalizam expressamente a conduta de quem cede ou empresta arma de fogo sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, o que enquadraria a situação nos crimes de posse ilegal ou cessão de arma de fogo.

Inoperante

Embora a defesa confirme a propriedade legal do armamento, o caso ganhou contornos complexos após os advogados justificarem que, sem o conhecimento de Bolsonaro, a equipe de segurança havia retirado o percussor (peça que aciona a espoleta de disparo)

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Em prisão domiciliar, Jair Bolsonaro terá de explicar por que uma arma dele apareceu com militar do GSI



O suposto novo crime não seria afastado mesmo que a pistola estivesse, de fato, defeituosa. Se a perícia constatar perfeito estado de funcionamento, isso afasta a narrativa do suposto autor do fato e demandará novas explicações"

Gustavo Scandelari, advogado

da pistola, tornando-a inoperante. A apreensão da arma pode dar argumentos, inclusive, para a revogação do benefício da prisão domiciliar temporária.

Juridicamente, Scandelari esclarece que mesmo uma arma inoperante pode configurar crime de posse. O advogado avalia que a tese de defesa, no máximo, pode servir de atenuante para o ex-presidente.

“Não afasta a tipicidade (do crime), mas, talvez, possa abrandar a gravidade do delito. Considerando-se que o autor do fato pode estar impossibilitado de realizar ele próprio o transporte da arma, ele poderia ter tentado verificar de que forma um terceiro poderia, regularmente, auxiliá-lo na tarefa”, explicou.

A retirada do percussor teria sido feita por precaução, diante

do uso de medicamentos psiquiátricos pelo ex-presidente que poderiam afetar sua cognição, gerando receio sobre os riscos da manutenção de uma arma funcional em sua proximidade.

O advogado ressalta, porém, que o suposto novo crime não poderia ser descartado mesmo que a pistola estivesse comprovadamente com defeito.

“O suposto novo crime não seria afastado mesmo que a pistola estivesse de fato defeituosa. Se a perícia constatar perfeito estado de funcionamento, isso afasta a narrativa do suposto autor do fato e demandará novas explicações”, comentou.

Procurados, a PCDF afirmou que “não haverá manifestação por parte da autoridade policial neste momento”, enquanto o GSI não respondeu aos questionamentos da reportagem. A defesa de Jair Bolsonaro também respondeu aos contatos do **Correio**.

Restrição domiciliar em análise

Paralelamente à investigação criminal sobre a arma em posse de um militar do GSI, o ex-presidente Jair Bolsonaro enfrenta, neste semana, a reavaliação de sua prisão domiciliar humanitária, cujo prazo de 90 dias de duração, concedido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, termina na próxima quinta-feira. Condenado a uma pena de 27 anos e três meses de reclusão por liderar a tentativa de golpe de Estado que culminou nos atos

antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, o ex-presidente obteve o benefício em 27 de março devido a um quadro de broncopneumonia que exigia cuidados médicos especiais fora do ambiente prisional do 19º Batalhão da Polícia Militar do DF, a Papudinha, no Complexo da Papuda, onde ele cumpria a pena em regime fechado.

Neste período, ele tem sido monitorado por tornozeleira eletrônica e submetido a restrições severas, como a proibição

de utilizar redes sociais, gravar vídeos ou áudios e participar de manifestações em um raio de um quilômetro de sua casa. Para o advogado Gustavo Scandelari, o comportamento do ex-presidente é crucial para manutenção ou não do regime de prisão domiciliar. No entanto, ele alerta para o impacto de novos delitos durante o cumprimento da pena.

“A avaliação sobre se houve ou não falta grave será realizada pelo juiz responsável pelo

caso, mas eventual prática de novo crime durante o cumprimento de pena pode, sim, afastar bom comportamento e interferir na manutenção do benefício”, destacou o especialista.

Até sexta-feira, o ministro relator do processo que condenou Bolsonaro no STF, Alexandre de Moraes, poderá autorizar uma perícia médica oficial para avaliar se os requisitos para a manutenção do regime domiciliar ainda persistem. (**IMC**)

Governo de RR segue com interino

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RR) decidiu adiar a proclamação do resultado da eleição suplementar ao governo de Roraima, no domingo, vencida pelo candidato do PL, Arthur Henrique, que conquistou 60,87% dos votos, contra 35,72% de Soldado Sampaio (Republicanos), presidente da Assembleia Legislativa do estado e atual governador interino. A decisão foi anunciada, ontem, pelo presidente TRE-RR, desembargador Mozarildo Cavalcanti.

Após decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF) — referendada pela Primeira Turma da Corte —, a Justiça Eleitoral de Roraima barrou a candidatura de Arthur Henrique por não seguir os prazos de desincompatibilização previstos na legislação eleitoral. O candidato do PL recorreu ao Tribunal

Reprodução/Facebook



Arthur Henrique venceu eleição, mas está impedido de assumir o governo

Superior Eleitoral (TSE), mas o recurso ainda não foi julgado. Mozarildo Cavalcanti informou que o resultado da eleição não será

proclamado até a definição do improglio judicial.

“Considerando que seu registro de candidatura permanece sob

apreciação das instâncias superiores, os votos atribuídos ao referido candidato permanecem registrados na condição de sub judice, conforme estabelece a Lei das Eleições. Desta forma, a proclamação definitiva do resultado da eleição depende da conclusão do julgamento pelos tribunais competentes”, explicou o magistrado, em nota oficial do TRE-RR.

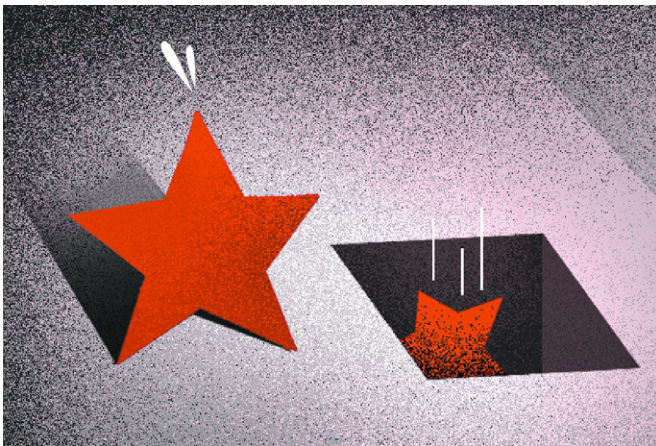
Enquanto isso, Soldado Sampaio permanece no comando do Executivo estadual interinamente. A eleição suplementar para mandato-tampão até janeiro de 2027 foi convocada em abril, após a cassação dos mandatos do então governador Antonio Denarium e do vice-governador Edilson Damião. Os dois foram condenados por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022 e estão inelegíveis.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Amigos, amigos, eleições à parte. Saída de Wagner é dilema de Lula

A permanência do senador Jaques Wagner na liderança do governo no Senado é insustentável, não apenas pelo desgaste pessoal provocado pela Operação Compliance Zero, mas pelo risco crescente de que o Caso Master ultrapasse as fronteiras de uma investigação financeira e alcance o núcleo político do governo Lula. No Palácio do Planalto, a compreensão é que o problema deixou de ser exclusivamente jurídico. Virou uma ameaça com potencial para influenciar a sucessão presidencial de 2026.

Nos bastidores, a preocupação não se limita ao futuro de Wagner. O que inquieta o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é a possibilidade de novos desdobramentos atingirem personagens ainda mais influentes no governo, especialmente, o ex-ministro da Casa Civil Rui Costa. Embora não tenha sido citado formalmente nas investigações, o ex-governador da Bahia aparece associado ao ambiente institucional que permitiu a expansão das operações do grupo financeiro posteriormente incorporado ao Banco Master. A oposição já trabalha para transformar essa conexão política em uma narrativa de alcance nacional.

A situação é delicada. Wagner não é um aliado qualquer. É um dos amigos mais próximos do presidente, integrante do núcleo histórico do PT e um dos principais articuladores do governo no Congresso. Sua presença na liderança governista faz com que qualquer fato novo relacionado ao Caso Master seja imediatamente associado ao Palácio do Planalto. Por essa razão, a substituição do senador passou a ser tratada por auxiliares presidenciais como uma medida de contenção de danos.

O objetivo é impedir que a crise continue avançando na direção do governo e altere desfavoravelmente as condições para a disputa eleitoral do próximo ano. A pesquisa Ipsos-Ipec divulgada nesta semana mostrou que o governo interrompeu a trajetória de deterioração observada ao longo de 2025. A avaliação positiva da administração Lula alcançou 33%, enquanto a negativa ficou em 40%; outros 28% classificam o governo como regular. Em relação à aprovação pessoal do presidente, 44% aprovam sua gestão, e 50% desaprovam. É uma situação limite.

Os números não são confortáveis para o Planalto, indicam ainda uma recuperação política modesta depois do período mais difícil do mandato. E revelam que a disputa eleitoral permanece aberta e será decidida por uma parcela relativamente pequena de eleitores independentes, cuja opinião continua altamente volátil. É aí que o Caso Master assume relevância eleitoral.

Jogo zerado

Até o surgimento do escândalo, o principal desafio da oposição era transformar o desgaste econômico do governo em crescimento eleitoral consistente. O senador Flávio Bolsonaro, principal herdeiro político do bolsonarismo para a disputa presidencial, já vinha enfrentando dificuldades para ampliar sua vantagem entre os eleitores moderados. Seu envolvimento com o caso Vercaro, com a revelação de que havia pedido recursos para financiar a produção de um filme nos Estados Unidos sobre a vida de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, inclusive com gravações de suas conversas com o banqueiro, fizeram com que retrocedesse nas pesquisas.

O avanço das investigações do caso Master, porém, mudou parcialmente esse cenário. Ao deslocar o foco do debate público para suspeitas envolvendo aliados históricos de Lula, o caso ajudou a interromper a curva de desgaste do candidato de oposição e abriu uma nova frente de vulnerabilidade para o governo.

A experiência demonstra que escândalos raramente são julgados pela gravidade objetiva dos fatos. Seu impacto depende da capacidade de atingir simbolicamente o centro do poder. Foi assim no Mensalão. Foi assim na Lava-Jato. E pode ser assim no Caso Master. Ou seja, o centro das preocupações não é a imagem de Wagner, é o desgaste eleitoral que ela pode causar à reeleição do presidente Lula.

Se as investigações permanecerem restritas a Jaques Wagner, o governo ainda terá condições de argumentar que adotou providências políticas e isolou o problema, que Lula não foi citado nem há conversas suas comprometedoras com Vercaro. Entretanto, se novos elementos alcançarem Rui Costa — que, por mais de três anos, foi o gerentão da Esplanada — ou outros integrantes do primeiro escalão, a natureza da crise mudará completamente.

Deixaria de ser um episódio envolvendo apenas um senador para ser um problema do próprio governo. A recuperação registrada pelo Ipsos-Ipec poderia ser rapidamente anulada. Os eleitores que migraram da rejeição para uma posição intermediária — hoje refletida nos 28% que classificam o governo como regular — constituem, justamente, o segmento mais sensível a denúncias de corrupção, tráfico de influência ou favorecimento político. São eles que podem decidir a eleição de 2026. O presidente Lula parece ter compreendido esse risco, mas ainda não é o caso de Jaques Wagner.

ESCÂNDALOS
RARAMENTE
SÃO JULGADOS
PELA GRAVIDADE
OBJETIVA
DOS FATOS.
SEU IMPACTO
DEPENDE DA
CAPACIDADE
DE ATINGIR
SIMBOLICAMENTE
O CENTRO DO
PODER